

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de São Paulo

Class.: 969

Data: 20.05.74

Pg.: \_\_\_\_\_

### Os índios querem as suas terras, pela lei.

Os índios caingangue, do Rio Grande do Sul, começaram a expulsar alguns dos colonos que ocupam ilegalmente as suas terras, mas que já tiveram permissão da Funai para isso.

"Os territórios indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena".

Baseados nesse artigo do Estatuto do Índio, os caingangue da reserva Toldo de Nonoai (a 461 quilômetros de Porto Alegre) resolveram exigir a expulsão dos colonos ali estabelecidos há dez anos, além de reivindicar a posse de seus instrumentos agrícolas, animais e colheitas.

Para o prefeito do Nonoai, José Reck, "a Funai é que deveria solucionar o problema dessa pobre gente, pois foi ela mesma quem consentiu no acesso dos colonos a mais de metade dos 19.997 hectares do Toldo". O prefeito acrescenta que em 1972 a Funai cobrava 70 cruzeiros por ano aos colonos, pelo arrendamento de cada alqueire. Mas a 19 de dezembro último o governo federal instituiu o



Os caingangue têm casas construídas pela Funai

Estatuto do Índio, que tornou ilegal a situação daqueles colonos.

Criou-se então uma situação conflitante entre os 1.685 índios caingangue do Toldo de Nonoai e os 1.400 colonos que invadiram seu território. Amparados pela lei, os caingangue começaram a exigir o afastamento dos agricultores que disputam com eles uma terra considerada a menos fértil do Rio Grande do Sul (mas que os colonos usam para plantar soja, milho e feijão). Um grupo de índios foi recentemente ao rancho de Alfredo Schneider e exigiu que ele entregasse suas ferramentas e abandonasse a roça de milho e feijão. O mesmo aconteceu a Bento Vieira de Quadrões.

Depois desses fatos, os colonos passaram a promover reuniões, inicialmente liderados por um vereador do município de Planalto, para decidirem como

agir. Uma dessas reuniões agrupou mais de 200 homens, alguns deles armados. Eles decidiram que não queriam ser transferidos para o norte do país e pretendiam organizar-se para exigir que a Funai cumpra os compromissos de arrendamento assumidos antes da aprovação do Estatuto do Índio.

Os policiais de Nonoai não interferem no Toldo: "Lá é área federal e eles têm jurisdição própria", diz um inspetor. E explica que apenas registra "casos graves", como homicídios: "Um aconteceu há seis anos e foi por causa de uma briga num boteco. O outro foi há pouco mais de um ano e a vítima foi um colono."

O prefeito se queixa da exigência da reserva indígena, porque a repercussão do conflito envolve o nome do município, e reclama uma solução definitiva. Mas

considera impossível que a Prefeitura contribua para essa solução doando novas terras aos colonos invasores. Prefere falar do desenvolvimento de Nonoai: "Atualmente devemos ter uns 36 mil habitantes. E, se no ano passado vendemos 400 mil sacos de soja, este ano a produção deverá ser de mais de 700 mil sacos."

A 8 quilômetros da sede do município, está a reserva indígena. Perto do posto da Funai, alinham-se 22 moradias construídas para os caingangue, há 10 anos. Algumas ainda esperam a primeira pintura. O único indígena encontrado ali durante o dia amontoava milho num pequeno paiol. Os outros estavam na roça, plantando milho, feijão, mandioca e batata, cuja colheita a Funai comercializa. Um deles, encontrado na estrada que leva à roça, deixou-se fotografar, mas cobrou 5 cruzeiros.